

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.408.410 - RS (2018/0318844-1)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
AGRAVADO : ROMUALDO ANDRE DOS SANTOS (PRESO)
ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – MPE contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, interposto com fulcro no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal – CF, em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – TJRS.

Consta dos autos que o agravado teve em seu favor deferimento de prisão domiciliar, mediante monitoramento eletrônico (fl. 155).

O MPE interpôs agravo em execução penal que foi desprovido. O acórdão ficou assim ementado:

AGRAVO EM EXECUÇÃO. RECURSO MINISTERIAL. AUSÊNCIA DE VAGAS NO REGIME SEMIABERTO. PRISÃO DOMICILIAR. POSSIBILIDADE. MATÉRIA SUMULADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

1. Os Tribunais Superiores já firmaram entendimento no sentido da possibilidade de concessão da prisão domiciliar para casos não previstos no artigo 117 da LEP, entendendo que o rol do citado dispositivo não é taxativo. Assim, tendo em vista as garantias constitucionais outorgadas aos apenados, mostra-se impositivo o reconhecimento de que o recolhimento do apenado a regime mais gravoso do que o fixado em sentença ou concedido através da progressão de regime, configura flagrante ilegalidade, ferindo diretamente a dignidade humana. Outrossim, importa destacar o recente julgamento do RE nº 641.320/RS, o qual deu origem à Súmula Vinculante nº 56, que ratifica a necessidade de concessão da prisão domiciliar mediante monitoramento eletrônico quando ausente vaga em estabelecimento penal compatível com o regime fixado. Portanto, adequada a decisão que permitiu à agravada o cumprimento da pena em prisão domiciliar mediante monitoramento eletrônico. AGRADO DESPROVIDO (fl. 154).

Embargos de declaração opostos pelo MPE não foram acolhidos (fls. 181/187).

Em sede de recurso especial, o MPE alegou violação do artigo 489, § 1º, IV e V, do Código de Processo Civil – CPC/15, porque o Tribunal de origem se omitiu na análise da questão de concessão de progressão de regime *per saltum*. Destaca que a prisão domiciliar tem caráter excepcional, conforme entendimento firmado no RE n. 641320/RS.

Requeru nova decisão do Tribunal de origem ou a imposição do regime semiaberto.

Contrarrazões (fls. 229/239).

A r. decisão agravada não admitiu o recurso especial haja vista: a) o óbice da Súmula 83/STJ; e b) o óbice da Súmula 284/STF (fls. 255/263).

Em agravo em recurso especial, o MPE refuta o referido óbice.

Contramínuta (fls. 323/326).

O Ministério Público Federal – MPF opinou pela perda do objeto (fls. 338/340).

É o relatório. Decido.

O recurso está prejudicado.

Conforme consulta ao sítio eletrônico do Tribunal de origem, pelo número PEC: 122615-0, o agravado está atualmente em regime semiaberto.

Diante do exposto, com fundamento no art. 932, inc. III, do Código de Processo Civil c/c o art. 3.º do Código de Processo Penal, nos termos do art. 34, XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça - RISTJ, julgo prejudicado o agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator